

Língua portuguesa - “um rio caudaloso, longo e largo”

M.a Fabíola Cristina Melo

Gosto de sentir a minha língua roçar
A língua de Luís de Camões
Gosto de ser e de estar
Caetano Veloso

Resumo: Este artigo pretende discutir não só os aspectos que perpassam pelo ensino de Língua Portuguesa, mas também, os elementos que atuam como personagens no cenário da sala de aula, buscando compreender as relações explícitas e implícitas que se manifestam, seja no discurso do professor, o que o constituem como sujeito, ou nas relações de ordem prática que envolvem o fazer do professor. Estas discussões fazem parte da tese de Doutorado em Educação, intitulada CONSTITUIÇÃO DA IDENTIDADE PROFISSIONAL DOS PROFESSORES: UM ESTUDO DE CASO DOS PROFESSORES DE LÍNGUA PORTUGUESA EM ARAXÁ – MG. As reflexões apresentadas aqui pretendem mostrar como o discurso se modificou a partir do final da década de 1970, no Brasil, e influencia, até hoje, o discurso do professor. Iniciaremos, afirmando a necessidade de se considerar, pelo menos três elementos: a) a diferença entre a língua normativa e língua das camadas populares; b) a realidade da variação linguística e o respeito à variedade do aluno; c) a constituição identitária do professor e sua relação com a língua e o com o outro. Esses elementos colocam a língua como sendo um instrumento de difícil aprendizagem, desconsiderando qualquer outro fator que possa interferir na relação ensino e aprendizagem da língua materna, tornando-a um rio caudaloso.

Palavras chave: Ensino de Língua Portuguesa; Professor; Sujeito; Formação; Discurso.

Abstract: This article is meant to discuss not only the aspects that underlie the teaching of the Portuguese language but also the elements which play roles as characters in the environment of the classroom, trying to understand the explicit and implicit relationships that can be seen whether in the discourse of the teacher, turning him into the subject, or the practical relations regarding the practice of the teacher. These discussions are part of the doctoral dissertation in Education, entitled CONSTITUTION OF THE PROFESSIONAL IDENTITY OF TEACHERS: A CASE STUDY OF THE PORTUGUESE LANGUAGE TEACHERS IN ARAXÁ – MG. The ideas presented here are intended to show how the discourse has changed since the late 1970s in Brazil and how it has influenced the teachers’ speech. We begin by stating the need to consider at least three elements:

a) the difference between the normative language and the language of the lower classes; b) the reality of the linguistic variation and the respect of the variety brought by students; c) the identity constitution of the teacher and its relationship with the language and also with each other. These elements set the language as an instrument of learning difficulty, disregarding any other factor that may interfere in the relation of teaching and learning process of the mother tongue, making it a raging river.

Keywords: Portuguese Language Teaching; Teacher; Subject; Training; Discourse.

Introdução

Muito se tem discutido acerca do que seja ensinar Língua Portuguesa e da necessidade de se desfazerem os preconceitos que emergem do ensinar e aprender língua na escola. Outro ponto que merece destaque nestas discussões é o papel do professor de Língua Portuguesa, bem como a concepção da escola como espaço institucionalizado do saber e que tem como um de seus objetivos, transformar a realidade social por meio do respeito pela linguagem do aluno. Essas discussões tiveram início a partir da década de 70 e ganharam um fôlego mais intenso no embate teórico entre os gramáticos tradicionais e os linguistas.

São décadas de discussões que resultaram em vários questionamentos sobre o ensino e a aprendizagem da língua. Quem são os professores de Língua Portuguesa? Que características esses professores têm? O que eles fazem? Que concepções de língua e linguagem estes professores têm? Que elementos são constitutivos de seu discurso?

A partir do surgimento da Linguística, com as teorias apresentadas por Saussure sobre Língua, Linguagem e Fala, produziu-se um novo discurso que associa ideias linguísticas e uma proposta de mudança no ensino de Língua Portuguesa no Brasil.

O século XX assistiu, no âmbito das teorias, modelos e concepções de língua e linguagem, a várias mudanças paradigmáticas: o declínio da linguística histórico-comparativa, que teve seu ápice no século XIX; a ascensão e queda do estruturalismo; e o renascimento de uma teoria de base cartesiana, a teoria gerativista de Noam Chomsky. (CRYSTAL, 1981, p. 7)

Esta revolução nas bases teóricas justificou-se não só pelas necessidades externas da língua, mas também em função das necessidades internas à língua.

Muita coisa mudou a partir daí. Surgiu, então, o discurso que clama por uma mudança na concepção de linguagem e ensino. Este argumento se embasa em teorias linguísticas, sociológicas, sociolinguísticas e, mais tarde, nos preceitos da Análise do Discurso.

Aqui, não se quer apenas utilizar um discurso pedagógico, e sim um discurso argumentativo amparado nos teóricos que discutem o assunto. As experiências de ensino de Língua Portuguesa que se propõem aqui partem de uma experiência própria como professora de Língua Portuguesa e que, muitas vezes,

geravam conflitos com essa noção corrente de que língua é uma espécie de corpo homogêneo, estável, acabado. Essas experiências pessoais fundamentam-se no princípio de que as atividades de sala de aula deveriam partir da língua em uso, pois *somos a língua que falamos*.

O caráter de cientificidade deste trabalho centra-se, também, na perspectiva da Análise do Discurso de vertente francesa, bem como das teorias e preceitos colocados pelos teóricos da educação.

As discussões serão feitas em torno da constituição da identidade profissional do professor de Língua Portuguesa. Essa constituição perpassa pela relação do professor com a própria língua e por sua formação como sujeito.

O discurso do professor acerca do que seja ensinar Língua Portuguesa pode ser analisado sob a perspectiva do seu próprio discurso que é revelado pela heterogeneidade discursiva.

O âmbito da educação, sobretudo no que se refere ao ensino de Língua Portuguesa, quer em termos conceituais, quer em suas práticas, é muito amplo e complexo. Muitos estudos se propuseram a abordar esta questão, restringindo, muitas vezes, a uma compreensão linear que concebe a língua apenas em seu sentido escolar, numa visão reducionista. No entanto, a questão fundamental do ensino de língua envolve, necessariamente, o estreito vínculo com o contexto maior da educação circunscrito aos caminhos socio-históricos e ideológicos em que o sujeito-professor está inserido.

Esse vínculo entre educação e ensino de língua exige de todos os envolvidos, capacidade de articulação para dinamizar o processo que perpassa pelo ensino, pelas escolas, pelas políticas públicas e, em especial, pelo sujeito-professor.

Contudo, nem sempre falar sobre questões de identidade e subjetividade é fácil. Na maioria das vezes, o que se testemunha, são atitudes que vão na contra-mão de tudo o que se pensa sobre as interferências do sujeito-professor no ensino de língua.

Por tudo isso, torna-se indispensável reafirmar que alguns elementos, em geral postos no dia a dia da escola mantêm uma estreita relação com a identidade do professor de Língua Portuguesa e que o constituem como sujeito.

Um olhar atento sobre a relação que o currículo, o livro didático, a linguagem do aluno e a linguagem da escola mantêm com o professor evidencia questões pontuais sobre a constituição profissional do professor.

Sabemos que a Língua Portuguesa se constitui como instrumento de poder utilizado pelos professores e que isto pode gerar tensões e conflitos profissionais. Essa temática sobre os professores e o ensino de Língua Portuguesa tem me acompanhado desde o início de minha carreira no magistério, ainda na Educação Básica, em 1998.

A partir do momento em que me tornei professora, sobretudo de Língua Portuguesa¹, venho refletindo, não só sobre a formação do professor, mas também sobre a sua constituição como professor.

¹ No início de minha carreira, lecionava para alunos do Ensino Fundamental I; somente após o término da graduação, é que iniciei minha carreira como professora de Língua Portuguesa no Ensino Superior.

A escolha por essa área, e, sobretudo por essa temática, deveu-se às atividades desenvolvidas por mim como professora de Língua Portuguesa, desde 1997.

Assim, esta reflexão é justificada pela necessidade de estudo acerca da relação que pode existir entre os elementos do cotidiano escolar, a profissionalização e a constituição da identidade do professor.

O que se quer, na verdade, é entender quais variáveis interferem na constituição da identidade do professor: o currículo escolar, o livro didático utilizado, a linguagem que o aluno traz e a linguagem formal que a escola tem que ensinar, o seu contexto, a sua formação, a sua experiência, as suas relações...

Faremos um pequeno percurso histórico com o objetivo de reportar o leitor aos anos, fatos, atos e contexto histórico.

1 - Antecedentes e formulação do problema

*... mire e veja: o mais importante e bonito do mundo é isto;
que as pessoas não estão sempre iguais, ainda não foram
terminadas, mas que elas vão sempre mudando.
Afinam ou desafinam. Verdade maior. É o que a vida me ensinou.*

João Guimarães Rosa, Grande Sertão: Veredas.

Procederemos a uma reflexão sobre o ensino, no contexto da sociedade contemporânea, buscando extrair os anos, os fatos e o contexto social por meio de documentos da Legislação Brasileira. Demonstraremos a importância das transformações educacionais ocorridas no Brasil, desde a década de 1970, as quais tiveram fortes influências sobre a educação atual.

Podemos dizer, portanto, que este estudo tenta responder a uma pergunta pessoal de formação profissional e resulta de uma postura que concebe a pesquisa e a produção do conhecimento sobre a educação e a profissionalização como um processo que se caracteriza por aproximações e afastamentos sucessivos do objeto de estudo e que busca elaborar um foco de questionamentos e também obter-lhes respostas. Acreditamos, dessa forma, que, em cada pesquisa, as perguntas e hipóteses formuladas bem como as respostas obtidas não esgotam a complexidade do objeto, principalmente quando este estudo é relativo a um objeto que se caracteriza por movimentos e transformações constantes como é o caso da educação.

Assim, vários movimentos e transformações foram acontecendo e o foco deste trabalho foi reorientado, culminando na seguinte pergunta orientadora: Como o professor de Língua Portuguesa se constitui como profissional a partir de sua formação e experiências docentes? Como os elementos que fazem parte do cotidiano escolar podem influenciar a dinâmica do ensino de Língua Portuguesa?

Há tempos, a problemática do ensino de Língua Portuguesa vem sendo discutida por estudiosos da educação e, também, de áreas específicas como a Língua Portuguesa e a Linguística. Além disso, muitas pesquisas já foram produzidas na tentativa de se buscarem respostas na metodologia/método utilizados pelo professor.

Vale dizer que algumas áreas afins da Linguística têm se dedicado ao estudo para tentar responder às perguntas feitas acerca do ensino/aprendizagem da Língua Portuguesa. Na atualidade, a Sociolinguística é uma das áreas às quais mais se recorre para poder se entender este problema.

Em contrapartida, o baixo desempenho dos alunos transforma o ensino de Língua Portuguesa em um “caos” instaurado, exigindo da educação, se não soluções, algumas reflexões capazes de melhor entender o que acontece em relação ao ensino de língua.

Este trabalho não abordará a questão do ensino e aprendizagem da Língua Portuguesa, mas sim as questões referentes à constituição identitária do professor de Língua Portuguesa, argumentando sobre as possíveis variáveis que perpassam pela relação de identidade. Para isso, propomo-nos a refletir sobre algumas questões que implicam tentar apreender o(s) efeito(s) sentido(s) que emanam do discurso do professor, sobretudo, aqueles que estão diretamente ligados ao cotidiano e que se entrelaçam ou entrecruzam: o livro didático, o currículo da escola, a linguagem do aluno e a linguagem que a escola tem que ensinar, suas relações com os pares, sua formação, entre outras.

Para tentar responder a essa(s) pergunta(s), temos como objetivo geral: compreender a dinâmica da constituição identitária profissional dos Professores de Língua Portuguesa, seus interesses, suas percepções e relações com o ensino.

2 - Os anos, os fatos, os atos e os contextos

A temática **ensino**, de maneira geral, tornou-se muito discutida, sistematizada e difundida, no Brasil, no final da década de 1970, por meio da ampliação das publicações acadêmicas e da instalação, no interior das Instituições de Ensino, de espaços instituídos voltadas para a crítica ao modelo de educação vigente – seletista e excludente. Essas produções buscaram uma explicação para os altos índices de reprovação e evasão escolar no sistema educacional brasileiro, balizados nas pesquisas de cunho qualitativo que interpretam e descrevem a realidade escolar, buscando apreender os significados da aprendizagem ao longo da vida escolar de seus alunos.

Toda a discussão que envolve a temática **ensino de língua** não deixa de recair em questões postas pela Linguística, bem como, das ciências afins. Não se pode deixar, contudo, de trazer, para este trabalho, as contribuições dadas pela Análise do Discurso.

Foi na década de 1990, que a Análise do Discurso teve assento central nas discussões acadêmicas em todo o mundo e constituiu-se um dos elementos estruturantes de análise. Essas discussões, mormente, as ligadas ao ensino/discurso/sujeito/identidade ganharam caráter de universalidade e homogeneidade, nesse escopo, e assume-se como uma estratégia capaz de propiciar o alcance dos objetivos de, pelo menos, tentar entender o que se passa no ensino-aprendizagem de língua materna.

A partir da experiência da AD e dos debates que se multiplicaram nesse período, muita coisa tem sido feita no sentido de alinhar **o que diz, como se diz e em que situação se diz**. No contexto destas reflexões, foi sendo gradativamente percebida a importância da constituição identitária do professor e a sua relação com o ensino.

Esse entendimento assumiu uma força capaz de perceber a importância de se pesquisar como este professor se constitui ao longo de sua prática e as possíveis tensões e conflitos gerados em aula, a partir do(s) discurso(s) produzido sobre o que se entende por ensinar e aprender Língua Portuguesa.

Diante do exposto, pretendemos discutir como o professor de Língua Portuguesa se constitui enquanto sujeito, tendo que lidar com o currículo da escola, com o livro didático, com a linguagem que o aluno traz consigo e com a linguagem formal ensinada pela escola.

O que podemos perceber durante o convívio com alunos e alunas é que muitos jovens e adultos com um bom nível de escolaridade, em situações formais, diante de seus interlocutores, têm dificuldade de se manifestar oralmente ou por escrito em situações formais. Esta é a primeira de muitas indagações. O que acontece com esses sujeitos que não conseguem ter domínio da língua formal, se já estudaram a Língua Portuguesa, no mínimo, 11 anos? Será insegurança, mesmo tendo estudado tanto tempo? O que acontece com eles, que não se sentem capazes de usar a língua em situação real de formalidade?

Um dos problemas ocorridos em torno do ensino da Língua pode ser o método utilizado pelo professor para ensinar a Língua Portuguesa aos falantes. Mas esta questão foi apenas uma hipótese aventada e que não será discutida neste trabalho.

É sabido que o ensino de Língua Portuguesa se restringe totalmente ao uso da gramática normativa, a qual delimita o que é certo ou errado. Tal procedimento não leva em consideração o processo de variação ocorrido em todos os níveis da língua, a partir de fatores geográficos, status socioeconômicos, grau de escolarização, idade, por exemplo. Mas será que esses fatores sozinhos são responsáveis pelas tensões e conflitos discursivos gerados em sala de aula?

Em virtude desse tipo tradicionalista de ensino, podemos afirmar que o processo de normatização, ou seja, do ensino da língua formal nas escolas, retira da língua a sua realidade social, complexa e dinâmica, tornando-a como um objeto externo a essa própria realidade, criando-se o estereótipo de que a Língua Portuguesa é de difícil aprendizado. Esse é um discurso muito recorrente aqui no Brasil. Até que ponto ele se justifica?

Em muitos casos, percebe-se que o professor de Língua Portuguesa continua apenas com o estudo das nomenclaturas e classificações gramaticais. Será que é isso que é ensinar língua? Será que isso é ser professor de Língua Portuguesa? Como esse estudo gramatical influencia na formação do professor? Os alunos não são convidados a aprender a sua própria língua, enquanto os professores não são convidados a pesquisar, a estudar. Assim, vira um ciclo: ensino “gramatiquero” e descontextualizado que, por sua vez, não motiva, e alunos desmotivados. O ensino escolar disseminou, por muito tempo, a ideia de que o “certo” é pronunciar como se escreve, como se a escrita tivesse primazia sobre a pronúncia. Diante

disso, o papel da escola como responsável pela formação de cidadãos conscientes, não seria desmistificar essa ideologia calcada na mente de muitos brasileiros – de que a escrita é a representação da fala? Isso é ser professor de Língua Portuguesa?

Os professores, ainda enfrentam, na sala de aula, outro problema: a variação linguística. Muitos não sabem como lidar com esse assunto, já que ficam presos às regras gramaticais, e poucos dão ênfase ao processo de variação.

É preciso, portanto, entender que a variação linguística é uma maneira muito peculiar de falar de cada indivíduo e que sofre influências de vários fatores, tais como: idade, sexo, escolaridade, classe social, região, etc. Isso tudo compõe o jeito de falar de cada indivíduo e assegura que a língua sofre mudanças no decorrer dos tempos, por isso nunca deve ser estudada como morta e estática; conforme afirma Bagno (2008), a língua, afinal, se renova incessantemente. Sendo assim, é unânime a concepção de que as línguas não são uniformes, mas variáveis, dinâmicas e múltiplas.

Como qualquer outra língua, a Língua Portuguesa não é falada da mesma forma por todas as pessoas que a utilizam. Além disso, as línguas evoluem com o tempo, transformam-se e adquirem peculiaridades próprias em razão de seu uso em determinadas comunidades específicas.

A maioria das escolas tem tomado como padrão para o ensino da Língua Portuguesa, a gramática normativa, rejeitando, assim, os fenômenos variáveis. De acordo com Castilho (2001), se o ensino de Língua Portuguesa se concentrasse mais na reflexão da língua falada, a situação do ensino do Português mudaria, pois logo se descobriria a importância desta mesma língua falada para a aquisição da língua escrita, e, conseqüentemente, esta maneira de se tratar a língua influencia a concepção do que se entende por ser professor de Língua Portuguesa.

É preciso entender que a escola é o palco das diferenças e isso a torna um ambiente dinâmico e propício para o ensino da língua. Ainda há a insistência da gramática normativa em ver a língua como algo parado. Bagno (2008, p.20) afirma que “enquanto a língua é um rio caudaloso, longo e largo, que nunca se detém em seu curso, a gramática normativa é apenas um igapó, uma grande poça de água parada, um charco, um brejo, um terreno alagadiço, à margem da língua.” Nesse sentido, cabe ao professor de Língua Portuguesa tornar esse rio mais revoltado, mais movimentado, dando dinamismo ao ensino da Língua Portuguesa.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (1997, p. 39) afirmam que

a gramática de forma descontextualizada, tornou-se emblemática de um conteúdo estritamente escolar, do tipo que só serve para ir bem na prova e passar de ano, uma prática pedagógica que vai da metalinguagem para a língua por meio de exemplificação, exercícios de reconhecimento e memorização de nomenclatura.

Pois bem, acreditamos que não se conseguirá sucesso no ensino da Língua Portuguesa sem haver uma alteração na concepção de se ensinar gramática e seus limites com o uso real e social. Será que isso é suficiente? Bastaria essa mudança?

Podemos reduzir o papel do professor de Língua Portuguesa apenas a um “reprodutor” da gramática? Ele não deveria contribuir, significativamente, para que o aluno ampliasse sua competência no uso oral e escrito da língua em situações diversas? “A gramática existe não em função de si mesma, mas em função do que as pessoas falam, ouvem, leem e escrevem nas práticas sociais de uso da língua.” (ANTUNES, 2002, p. 127-134.)

Além da questão do ensino de Língua Portuguesa, outras tantas devem ser elencadas:

1. **A constituição identitária do professor.** O sujeito-professor foi se constituindo ao longo de sua história de profissionalização, considerando além da sua formação, também, o seu ambiente de trabalho. Todo professor se situa em um determinado lugar discursivo que, também, é marcado por possibilidades de projeções identitárias de um discurso que circula socialmente. Devemos levar em consideração que a constituição da identidade do professor se dá por meio de acanhadas e infindáveis rupturas. O sujeito-professor é mutável e não fixo e, desse modo, não pode ser sistematizado. Muda conforme o seu ambiente e, sobretudo, por influência das pessoas com as quais convive.
2. **A falta de domínio da Língua Portuguesa padrão em situações formais.** Esta reflexão aborda, sobretudo, a própria formação do professor como sendo deficitária. Sendo assim, tanto ele (professor) quanto seus alunos não terão domínio do próprio idioma no que se refere à língua formal (padrão). A falta de domínio da Língua Portuguesa padrão em situações formais é um fator que contribui para a (des)construção da imagem do professor para si mesmo e para o outro.
3. **A insegurança no uso da língua.** Falar da insegurança no uso da língua implica abordar o domínio ou não que se tem dela. São questões que estão imbricadas. A insegurança pode surgir de vários fatores, dentre eles, o domínio. Além disso, temos, também, os fatores extralingüísticos (nervosismo, ansiedade, excitação, etc). Estes podem interferir, causando certa insegurança.
4. **Os conteúdos obsoletos do livro didático.** Os livros didáticos utilizados pelos professores são, muitas vezes, impostos pelo sistema. A escolha faz parte de um programa federal, mas que não considera o contexto e o universo dos professores e alunos. Dessa forma, muito conteúdo posto nos livros torna-se obsoleto, mas é imperativo cumpri-lo. A organização da matriz curricular adotada pelo sistema impede que o professor tome a decisão de segui-la ou não. Os livros

didáticos, em sua maior parte, trazem questões gramaticais, deixando de considerar a língua como um mecanismo em funcionamento. Assim, o professor não se constitui como sujeito do saber a ser compartilhado, ele apenas reproduz uma voz, um discurso que é veiculado pelo livro.

5. **O uso indiscriminado da Gramática nas aulas de Língua Portuguesa.** Como dito anteriormente, os livros dão ênfase à gramática, assim sendo, o professor prioriza em suas aulas os exercícios gramaticais, exercícios estruturais de repetição. A gramática tem que estar a serviço da língua. Esta abordagem não permite que o professor e os alunos reflitam sobre a língua, eles apenas reproduzem o que está posto como verdade absoluta.
6. **O discurso do professor.** O discurso é exterior à língua, mas depende dela para a sua existência. Todo sujeito é constituído por discursos historicamente produzidos. Dessa forma, o discurso do professor está em constante produção, é marcado sempre pela presença ou ausência de outros discursos. Em seu discurso, o sujeito-professor carrega o que é postulado pelo *outro*, pelos discursos entrecruzados, pelas vozes que ecoam em seu próprio discurso.
7. **As relações que se estabelecem no entorno do ensinar.** Devemos considerar o sujeito em diferentes seguimentos sociais e em diferentes momentos históricos de sua existência. Assim, as suas relações determinam a sua constituição. Essas relações (de força e de poder) que existem em todo relacionamento marcam a posição do sujeito. Às vezes, são sutis, mas são múltiplas e em diversos níveis e refletem visivelmente no fazer do professor – nas estratégias didáticas utilizadas e no plano de aula elaborado.
8. **A profissionalização *versus* vocação.** Precisamos deixar claro o que se entende por profissionalização e vocação. São elementos diferentes, mas que podem se completar. O professor é um profissional por essência e, como tal, deve ser visto como alguém que se especializou para a sua tarefa. Não estamos aqui desconsiderando a vocação, mas devemos ir além disso. O professor é um sujeito que se profissionalizou, que estudou e isto está acima de qualquer sentido, único e exclusivo, de vocação. É preciso tratá-lo com o respeito que merece.

Considerações finais

Esses são alguns aspectos precedentes levantados para refletirmos, mesmo que de modo um pouco superficial, as questões que perpassam pelo ato de ensinar. Outros poderiam ser acrescentados, mas que por ora bastam. Segundo Silva (2002), é preciso um bom programa de ensino da Língua Portuguesa, que priorize a aprendizagem de fatos linguísticos que facilitem a comunicação com indivíduos de outras comunidades e que estimulem a utilização de outras variedades; que promova a aquisição de traços que permitam antes a integração dos falantes de origem diversa do que a assimilação de outros, oriundos dos dialetos de menor alcance social partindo não mais do preconceito.

No entanto, essa nova forma de pensar no ensino da Língua Portuguesa não deve ser uma mera utopia, mas uma realidade a ser perseguida. Devemos levar em consideração todos esses aspectos, que de uma forma ou outra acabam influenciando o processo de ensino.

Sabemos que há vários fatores que influenciam a formação do professor de Língua Portuguesa. Um deles é o preconceito linguístico e discursivo da língua em relação às variantes que fogem à norma padrão. É preciso, pois, considerar, por agora, dois aspectos de fundamental importância: o primeiro é o de que as línguas variam, e o segundo, que essa variedade linguística é o reflexo resultante da variedade social de uma comunidade. Passemos, agora, a analisar o primeiro fator.

Não existe nenhuma comunidade linguística na qual todos falem da mesma forma ou do mesmo modo. Ainda mais se considerarmos o Brasil, com toda a sua extensão territorial. Em todos os países, há uma variação na língua e com o Português não é diferente. O segundo, é que as diferenças não são casuais ou aleatórias. A questão social influencia, sobremaneira, qualquer língua. Qualquer diferença de *status* reflete na língua. Os fatores que influenciam na variedade da língua podem ser considerados de caráter externo ou interno à língua. Os externos são de ordem geográfica, classe social, idade, sexo, escolaridade, profissão. Ou seja, o lugar ou classe social influenciam na maneira como se usa a língua; e o mesmo acontece com os fatores idade, sexo, escolaridade, profissão. Somos o resultado de tudo isso. Só falamos de uma determinada forma porque somos sujeitos que estamos inseridos em um determinado contexto social, histórico e ideológico.

Outra ideia que se tem é que a língua é imutável. Isso não é verdade. Toda língua tem um caráter flexível e dinâmico, inclusive nas variantes mais formais. Prova disso é que as palavras podem sofrer metaplasmos, ou seja, mudanças ao longo do percurso histórico. A língua é viva e como tal, muda, adapta-se, transforma. O ensino deve considerar essa possibilidade, pelo menos no que diz respeito à língua oral.

Seguindo essa linha de raciocínio, temos, ainda, a gramática natural da Língua Portuguesa que acompanha e se adapta às necessidades dos falantes e às tendências de cada época. Para exemplificar, temos as palavras que entram e saem da boca do “povão”, seguindo uma tendência, como se fosse moda. Muitas vezes são ditadas pelo comportamento midiático, expresso nas telenovelas. Há palavras ou expressões que são usadas em determinada época e não mais em outra. Acon-

tece o mesmo com os estrangeirismos que compõem toda e qualquer língua. Ou até a linguagem da informática, muito usada em situações cotidianas.

O que se pode perceber é que a formação do professor, ainda pode estar centrada em um ensino prescritivo e em uma gramática normativa que dita as regras do bem falar e do bem escrever, desconsiderando toda e qualquer forma de uso da língua em situações informais.

Temos que pensar, ainda, em um ensino dinâmico e flexível, assim como a língua. Em um ensino que considere todas as variantes em suas mais diversas realizações. Um ensino que leve em consideração a constituição identitária do professor. Um ensino que não seja centrado na reprodução da gramática. Temos que considerar o discurso do professor, que pode estigmatizar os alunos, reduzindo-os a um nada, como se eles não fossem usuários da língua. O professor torna-se um reproduzidor do que viveu, ou seja, ensina como foi ensinado.

A língua pode ser um instrumento de poder e, se usado de qualquer forma, pode trazer sérias consequências. Ela pode ser uma ferramenta que veicula o preconceito. O interessante é mudar o foco: língua não se ensina, aprende-se. Se considerarmos esse ponto, descentralizamos o poder do professor como o sujeito de verdades e o ressignificamos à medida de suas relações com o outro.

Segundo Foucault, em *Vigiar e Punir* (2010), nunca há verdade fora ou sem o poder; toda verdade provoca efeitos de poder, assim como o poder se ampara em preceitos considerados verdadeiros.

Assim vemos que há um jogo entre o poder e a verdade e que quem detém o poder pode, às vezes, considerar que está com a verdade.

Algumas pesquisas apontam que muitos estudantes dizem que estudam Língua Portuguesa para aprenderem a falar e escrever corretamente. Esse pode ser o maior equívoco, pois aprender Língua Portuguesa é saber usá-la em situações sociais e reais.

Percebemos, também, que muitos conteúdos se tornam obsoletos, pois não passam de um conjunto de regras contidas no livro didático, e que muitas vezes, são impostos pelo governo. Esse misto de exigências acaba por fundamentar substancialmente as crenças do professor e acabam por dar uma identidade única a cada um deles.

Precisamos levar em consideração, ainda, o discurso que o professor usa, colocando a língua como sendo um instrumento de difícil aprendizagem, além de repassar a idéia de que, só e somente só, a língua é capaz de garantir a legitimidade social, desconsiderando-a como parte constitutiva da identidade individual e social do ser humano.

Além do mais, a língua pode ser um forte instrumento de poder e, como tal, traz consigo grandes marcas ideológicas.

A língua é um instrumento de dominação. Dessa forma, a língua, pelo fato de ser um produto social, tem o poder de juntar ou afastar pessoas ou ideias: agrega ou segmenta. Com o professor, em sala de aula, isso pode acontecer. Como o professor usa o seu discurso para ensinar a língua? Será que ele faz da língua um rio caudaloso, longo e largo ou a torna um rio claro, límpido e movimentado?

Referências

- ADORNO, T. **Educação e Emancipação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- ALMEIDA, Felipe Quintão de; et all. **Bauman & a Educação**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.
- ANTUNES ANTUNES, I.C. No meio do caminho tinha um equívoco, gramática, tudo ou nada. In: **Linguística da Norma**. São Paulo: Loyola, 2002, p. 127-134.
- ALTHUSSER, I. **Aparelhos ideológicos de Estado**. 2. ed. Tradução de Valter José Evangelista e Maria Laura Viveiros de Castro. Rio de Janeiro: Graal, 1985.
- ARROYO, Miguel G. **Ofício de Mestre: imagens e auto-imagens**. Petrópolis: Vozes, 2000.
- BAGNO, M. **Preconceito Linguístico**. O que é como se faz. 50. ed. Rio de Janeiro: Loyola, 2008.
- _____. **Linguística da Norma**. São Paulo: Loyola, 2002.
- BARBOSA, Márcia H. S. (Org.) **Leitura, identidade e patrimônio cultural**. Passo Fundo: UPF, 2004.
- BECHARA, Evanildo. **Ensino da Gramática: Opressão? Liberdade?**. São Paulo: Ática, 2006.
- BRASIL. Ministério da Educação (MEC). Secretaria de Educação Básica (SEB). **Orientações Curriculares para o Ensino Médio**. Brasília: MEC, SEB, 2008. v. I Linguagens, Códigos e suas Tecnologias.
- _____. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Brasília: MEC, SEB, 1997 a 2000.
- BRZEZINSKI. **Profissão professor: identidade e profissionalização docente**. Brasília: Plano Editora, 2002.
- CASTELLS, M. **O poder da identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CASTILLHO, A. T de. **A língua falada no ensino de português**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2001.
- CORACINI, Maria José (org.). **Interpretação, autoria e legitimação do livro didático**. Campinas: Pontes, 1999.
- _____. **Identidade e discurso: (dês) construindo subjetividades**. Campinas: Editora da UNICAMP; Chapecó: Argos, 2003.
- CRYSTAL, D. **Direction in applied linguistics**. London, Academic Press.1981.
- FERNANDES, C. A. (ET AL.) , organizadores. **Sujeito, identidade e memória**. Uberlândia: EDUFU, 2004
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. 30ª ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

GATTI, Bernardete. **Os professores e suas identidades**: o desvelamento da heterogeneidade. Cadernos de Pesquisa, n. 98, Fundação Carlos Chagas: São Paulo, p.85-90, ago./1996.

* **Fabíola Cristina Melo**: <http://lattes.cnpq.br/7562140821449924>